

AMAZÔNIA ORIENTAL: TERRITORIALIDADE E MEIO AMBIENTE

EDNA M. R. CASTRO
ROSA E. ACEVEDO MARIN

1. O singular “enjeu” da questão regional

Na Amazônia Oriental concentra-se uma problemática que se apresenta complexa ao conhecimento, produto das violentas mudanças impulsionadas por projetos econômicos da magnitude de diversos promovidos pelo Programa Grande Carajás. Talvez encontremos aqui os elementos para uma redefinição das relações inter-regionais. Na ótica dessas mudanças, as reflexões conduzem a duas dimensões. Compreender o papel que grandes projetos desempenharam na questão regional apontando para a constituição de territorialidades sob controle das empresas (a forma de projetos integrados). A outra busca captar algumas tendências e práticas de interesse ambientalista (ou preservacionista) como estratégias diferenciadas de diversos protagonistas. Um campo de investimentos que coincide com a institucionalização de territorialidades, conflitando com limites colocados por outros atores (antigos proprietários, garimpeiros, índios e pequenos produtores rurais etc.) ao poder controlador e disciplinar das empresas. O que está em jogo como campo de atuação passa a ser conhecido pelo discurso de competência em matéria ecológica, voltado para encontrar meios e mecanismos de reprodução e de transformação de ecossistemas profundamente alterados. A novidade é atualizar o que a Amazônia revela enquanto objeto de conhecimento sob a ótica de mudanças econômicas, de territorialidades e de como a transformação de ecossistemas incide na definição de estratégias empresariais.

A análise do processo de expansão de projetos industriais integrados para a Amazônia oriental teve no Projeto Jari o primeiro ensaio. O modelo do Programa Grande Carajás detém como componente central da exploração mineral a integração de projetos

diversificados por uma mesma empresa ou por vários empreendimentos, onde se consagram acordos de corporações (Michalet, 1983). Inegavelmente o PGC tem alcance maior nas suas estratégias empresariais como desencadeador de mudanças, muito mais do que programas e projetos anteriores, cuja abrangência territorial, montante de investimentos, diversificação setorial e mobilização da força de trabalho, foram de menor porte. A fronteira agrícola antes desses projetos industriais apresentava maior abertura para um modelo endógeno de aproveitamento de recursos da própria fronteira. Nesse sentido, o modelo em pauta é estranho aos sistemas sócio-econômicos da região, pois não se aproveita da acumulação anterior de investimentos e conhecimentos sobre o extrativismo de castanha, seringa, madeira, da agricultura de frutas tropicais e grãos ou mesmo da pecuária. Os primeiros ensaios de industrialização por meio de Incentivos Fiscais contavam com limites impostos pela política econômica do governo. Desta forma, a industrialização que avança na Amazônia oriental, no setor mineral, é exógena e autoritária, tendo de contar com um Estado que superdimensiona sua intervenção. Bertha Becker denomina seus campos de atuação:

“coordena a nova divisão inter-regional do trabalho, com contradições e ambigüidades. Ele reorganiza o caos das relações sociais, impondo-lhe uma racionalidade, a sua, tendo como instrumento privilegiado o espaço: o econômico se reconsiderada em termos espaciais (...)” (Becker, 1990).

A fronteira altera-se com a chegada de empresas que carregam em sua bagagem o compromisso de atender cronogramas cujo tempo e valores são medidos por padrões de mercado mundial, secundado pelo nacional. Por outro lado, a ação empresarial constitui mais uma frente de apropriação de grandes dimensões de terra, cujas estratégias de domínio estão continuamente redefinindo a concepção empresarial de territorialidade. A Companhia Vale do Rio Doce, co-responsável pelo programa na área, torna-se, além de uma das maiores pretendentes de terra na Amazônia oriental, a formuladora e executora da política econômica governamental na região. As políticas hoje são predominantemente empresariais. Os governos estaduais aparecem ainda mais fragilizados diante de estratégias empresariais sobretudo dos grandes

grupos de mineração. Os reflexos da ampliação desse setor passam a indicadores de economia regional: valor de investimentos, receitas, receitas por exportação e tecnologias no quadro de relações de mercado interno e externo. Por si eles oferecem uma idéia sobre as tendências do crescimento regional dependendo de um padrão tecnológico importado; entretanto não produz internamente um efeito multiplicador que se realize pelo valor gerado.

Outra tendência aparece pela constituição de territórios sob controle das empresas de mineração, cujas áreas pretendidas constituem reservas de valor e excedem muito às áreas de concessão de lavra. Como se tece essa trama política e como as empresas competem por esses territórios? O que está em jogo não parece ser o território em si, espaço físico apropriado ou pretendido, mas a territorialidade como exercício de um domínio que se realiza ou se projeta pelas relações políticas, portanto historicizadas. Nesse sentido, a leitura sobre as tendências expansionistas e as práticas empresariais de controle sobre espaços — promotoras de mudanças importantes na Amazônia Oriental — têm revelado a constituição de novas territorialidades. Ao realizar a apropriação e o uso do território formulam uma outra representação de seu poder econômico cujo centro de legitimação se encontra numa certa concepção de “racionalidade econômico-ecológica”. Essa intervenção programada por atores empresariais é contestada por forças sociais portadoras de outras territorialidades (Castro, 1991). No fundo trata-se de um movimento de confronto entre territorialidades, de formas diferentes de domínio e de concepção coletiva do espaço. A discussão sobre as estratégias das empresas e sua relação com as de outros atores sociais, na área do Carajás por exemplo, suscita a descoberta de novos campos de conflito em torno da questão ambiental. Não nos referimos aqui necessariamente à problemática ecológica como “modificação/desmodificação” da natureza. O campo do concreto dessa natureza transformada na Amazônia precisa ser compreendido em suas manifestações materiais e ao nível das representações de seus atores, integrantes do mesmo processo de construção social da realidade.

Numa outra perspectiva no tocante à divisão internacional do trabalho, a Amazônia oriental ao absorver processos industriais altamente poluidores, a exemplo da produção de alumínio e de celulose gestados ou impulsionados no Programa Grande Carajás, provavelmente tenderá também a constituir-se um campo consu-

midor de tecnologias despoluidoras. Umas e outras enquanto novos componentes introduzidos na economia regional, contribuem em forma expressiva na redefinição do papel da região na divisão inter-regional do trabalho.

Schinke ao examinar a baixa da taxa de lucro nas economias capitalistas e ao mostrar como ela não afeta todos os capitais, explica o desenvolvimento de monopólios com aparecimento de novas mercadorias. Diz que as empresas “não se afligem com as necessidades de lutar contra a poluição, de reciclar os recursos minerais, de tratar e ‘refazer o meio ambiente’. Em breve serão eles os detentores dos monopólios dos equipamentos de despoluição, de reciclagem e de produção não poluidora (...). Daí pode recomeçar um novo ciclo de acumulação, baseado na capitalização da própria natureza, na subjugação ao capital da totalidade dos fatores e das condições que permitam a vida na terra. O círculo ficaria então perfeito. A Lei do Lucro terá invadido os últimos enclaves da Natureza: o próprio ar passa a ser mercadoria” (Schincke, 1986). Assim, as “soluções” que são encontradas para minimizar os efeitos sobre o meio ambiente acabam levando a um retorno ampliado do capital investido.

2. Limiar tecnológico e fronteira de recursos na Amazônia oriental

O avanço da economia mundial constituiu-se com base na exploração de recursos naturais e na busca incessante de novas tecnologias para apropriação da natureza. Cada momento apresenta o predomínio de certo padrão tecnológico que, combinado a formas de organização do trabalho, respondem pelo desenvolvimento histórico do capitalismo. O processo de acumulação e valorização foi continuamente alimentado pela descoberta de novos territórios incorporados como fronteiras de recursos. Padrões tecnológicos e fronteira de recursos têm sido, de forma mais ou menos explícita, relacionados por autores clássicos na procura de explicações sobre novos ciclos de acumulação de capital. Diz Buarque que o “avanço tecnológico redefine a situação relativa da natureza e a disponibilidade de recursos, estimulando (ou moderando) surtos de expansão do capital para novos espaços econômicos” (Buarque, 1991). Isso sugere uma estratégia mais geral de valorização.

No debate atual sobre a divisão internacional do trabalho apontam-se mudanças nas relações entre países centrais e de industrialização tardia. Elas revelaram a partir dos anos 70 o novo paradigma tecnológico no qual se impõe menor utilização de recursos naturais convencionais. Isso requer a busca de novos materiais capazes de refazer o ciclo de acumulação de capital. Os NICs vêm se especializando em fornecedores de matéria-prima ou produtos semi-elaborados provenientes de recursos naturais convencionais explorados em setores como agroindústria, metalurgia, metalmeccânica. Eles passam a enfrentar o desafio de refazer suas estratégias de crescimento e de realocação no espaço inter-regional e internacional do trabalho (Nabuco, 1989 e Buarque, 1991). O movimento de valorização do capital traça novo ciclo. Nabuco mostra que as estratégias de alocação empresarial, com deslocamentos de complexos industriais para países periféricos motivados pelo “trabalho barato” bem como pela abundância de recursos naturais cede lugar para um outro padrão tecnológico que requer atenção à produção de novos equipamentos. Seguindo esse padrão tecnológico, os países do Terceiro Mundo não permaneceriam mais atrativos nem pela mão-de-obra barata e nem mesmo pelos recursos naturais abundantes. No entanto no mercado de trabalho dos países centrais, desde a década de 70, verifica-se um movimento de requalificação do trabalho (Freysenet, 1977) contrariando formulações teóricas clássicas que viam no desenvolvimento histórico do capitalismo um movimento único de desqualificação e degradação do trabalho humano (Marx, Braverman). Os projetos econômicos dessa nova era na Amazônia montam-se sobre matriz semelhante quanto ao mercado de trabalho: a oferta de empregos tende a ser cada vez mais reduzida e mais exigente de qualificação. Perfil que contribui para reforçar a divisão inter-regional do trabalho recrutando em regiões especializadas trabalhadores alocados nas mais elevadas hierarquias do processo de trabalho e até mesmo empresas especializadas para funcionar como subcontratadas. O engajamento de mão-de-obra não qualificada tende a ser relativamente decrescente.

Mudanças estruturais na economia mundial apontam a redução de insumos tradicionais em setores de ponta e a descoberta de novos materiais. O que vai ao encontro de uma concepção de valor atribuída não mais aos recursos naturais convencionais mas à própria natureza, enquanto laboratório para descoberta de no-

vas fontes de energia, novas mercadorias. A valorização da biodiversidade desafia o avanço tecnológico para orientar pesquisas e aplicações sobre materiais e produtos estratégicos fundamentais para alimentar novos ciclos industriais.

“Estamos no limiar de uma era de engenharia genética, uma ciência de potencial imenso que, não obstante, depende da recombinação de gens já existentes, e não da construção de gens novos. A Amazônia contém provavelmente 30% do estoque genético do mundo, e por isso é que considero a floresta amazônica a maior riqueza do Brasil” (Lovejoy, 1989).

Diante dessas tendências da economia mundial, algumas questões ainda permanecem sem satisfatória explicitação. É possível a manutenção e mesmo a criação de estratégias de crescimento nas economias em desenvolvimento que funcionem externamente e/ou complementarmente ao novo padrão de acumulação? Nabuco argumenta que países como o Brasil poderiam optar por continuar especializando-se em produtos da indústria tradicional (siderurgia, transporte, energia elétrica, agroindústria etc...), atendendo prioritariamente ao mercado nacional, com possível elasticidade de demanda. Uma outra possibilidade é de alimentar seus processos industriais pela complementaridade às grandes corporações internacionais de alta tecnologia industrial e de serviços internacionais, prestados pelo sistema de subcontratação.

Observa-se na Amazônia — em especial na oriental — estar justamente ocorrendo uma intensificação na busca desses recursos (minérios sobretudo), por parte de empresas nacionais e multinacionais; a pesquisa e as lavras de minérios estendem-se por áreas cada vez maiores, traçando um cinturão no mapa da Amazônia. Setorialmente observa-se também uma ampliação, com diversificação de produtos industriais. Não é descartada uma associação de pesquisas florestais, zoológicas, genéticas com vantagens no campo futuro da bioenergética. Diante desse quadro, cabe delinear através da pesquisa quais as estratégias empresariais em curso, pois somente com base nessa compreensão pode-se responder de que forma e como a Amazônia se incluirá no novo paradigma tecnológico — e seu lugar — na atual divisão internacional do trabalho.

A CVRD vem diversificando economicamente sua intervenção

no território amazônico sobretudo a partir da década de 80. É o caso de aproveitamento de terras-raras, material estratégico consumido na indústria microeletrônica, aeroespacial, biomédica e de ligas leves, com largo valor comercial no mercado mundial. O európio, usado na indústria eletroeletrônica; o sumário, útil à produção de supercondutores; o ítrio, o gadolínio e o térbio, destinados às indústrias bélicas e de superligas. O conselho de administração da empresa, decidiu, em 1989, investir US\$20 milhões em novas tecnologias para aproveitamento desses minerais e US\$20 milhões na construção da usina piloto (*Gazeta Mercantil*, 15/5/1989). Tem-se notícia que valores crescentes estarão sendo alocados para o setor de bioenergia a exemplo dos projetos de pólos florestais. Se na tendência recente da divisão internacional do trabalho o novo paradigma tecnológico revela a redução da importância para o mercado mundial de recursos minerais abundantes na Amazônia, muitos deles com exploração recente, esta região poderia destacar-se do resto do País pelo seu banco genético.

Tais conseqüências precisam ser examinadas. 1) O paradigma do progresso tecnológico influenciará certamente a Amazônia enquanto território pelo qual o Brasil poderá engajar-se nesse novo padrão ao produzir conhecimento e informações especializadas; 2) Os conteúdos biodiversificados dessa região permitirão fornecer ao mercado mundial serviços especializados. Portanto, oferecer uma gama de utilidades justamente num momento quando os setores terciário e quaternário apresentam maior crescimento como geradores de valor, no contexto do novo ciclo de acumulação de capital; e o último pela redefinição política do papel da Amazônia na divisão inter-regional do trabalho que tenderá a reforçar a dependência. Ainda que a região seja depositária do maior potencial biogenético e energético do País, chaves do novo ciclo de acumulação do capital, pode projetar-se nova forma de dependência. Os riscos dessa possível dinâmica apontam para reprodução de desequilíbrios regionais; no rearranjo da divisão inter-regional do trabalho, o Centro-Sul do País, de elevado padrão científico e tecnológico em relação às demais regiões, incorporaria vantagens na corrida pelo domínio de conhecimentos especializados necessários para concretizar essa estratégia. No plano de economia mundial o jogo competitivo incorpora elementos antecipatórios de tendências dessa nova revolução industrial. Costa argumenta

que a “nova biotecnologia já se encontra dominada pelas empresas transnacionais (Correa, 1989; Chaisnais, 1989) dada a magnitude de inversões — para geração, aplicação e difusão — que requer” (Costa, 1989).

O plano político funda a construção de uma nova trajetória econômica para a região com possibilidade de reproduzir as mesmas condições desfavoráveis do ponto de vista do usufruto interno apesar de seus estoques genéticos. O ambiente revalorizado pela lógica de mercado vem atribuir elementos complementares ao conceito de território. Nessa escala de valores, o ambiente mercador é visto pelo menos sob duas dimensões: a primeira corresponde aos recursos naturais convencionais, de antiga ou recente exploração na Amazônia; a segunda representada pelo potencial bioenergético contido na natureza amazônica. Diversidade como maior riqueza nos anos vindouros constituirá a base dos sistemas de conhecimento e dos circuitos de informação.

3. Projetos econômicos, mercados e ambiente

A industrialização na Amazônia é traçada no movimento de rearrumação espacial na divisão inter-regional do trabalho. Em Manaus centraliza-se um parque eletroeletrônico com presença das empresas multinacionais mais expressivas do setor (Sony, Panasonic, Sanyo, Phillips, Mitsubishi etc...). A lógica subjacente às zonas francas instaladas no mundo a partir de fins dos anos 60 foi de deslocamentos da produção definindo outros espaços de criação do valor, assentados no processo de multinacionalização da economia mundial. Na Amazônia oriental, nas cidades de Belém e São Luís, projetos encontraram possibilidades de financiamentos mediante incentivos fiscais. Configura-se um parque industrial instável, predominantemente de capital *regional e nacional*, voltado à exportação (madeira, pesca, têxtil, metais não-metálicos). Pesquisas minerais começadas nos anos 60 confirmaram presença de imensas jazidas responsáveis pelo alinhamento da Amazônia entre as mais ricas províncias minerais do mundo, orientando os interesses de grandes empresas para essa região (Castro Acevedo). Mas no fim da década de 60 já estão montadas as estruturas básicas dos projetos minero-metalúrgicos que constituirão a ponta de lança da economia nesse fim de século. Amplia-se a presença de multinacionais do setor, interessadas

em diferentes minérios beneficiados, por processos industriais e tecnologias relativamente diversificadas, para fornecimentos de insumos. Esses empreendimentos organizam-se sob a forma de *joint venture* na exploração de bauxita e nas plantas de alumínio.

Embora a Amazônia ainda se integre de forma expressiva ao mercado mundial por meio da exportação de seus produtos primários (a exemplo de madeira e minérios), seguindo o esquema clássico da divisão internacional do trabalho, outras tendências despontam. Cabe certamente avaliar os novos processos e atividades criadas ou inventadas pelo capital em sua incansável expansão. Mas também como ele se materializa em cada espaço regional. Michalet explica que “a tradicional organização internacional entre centro e periferia acha-se em xeque. Ela corresponde a um estágio de desenvolvimento do capitalismo no qual a criação do valor se efetuava principalmente no centro. A periferia se conformava a um papel secundário, contribuindo para reduzir o valor da força de trabalho e para absorção dos excedentes de produção. Essa estruturação à economia mundial ainda existe. Mas acha-se em vias de ser substituída por um novo sistema onde a atividade industrial se estenda até regiões outrora agrícolas ou de exploração mineral” (Michalet, 1983). A organização da produção em setores como eletroeletrônico e o alumínio revelam sua inserção também à lógica da nova divisão do trabalho, ao se integrar, ainda que mantendo exportação de insumos (produtos primários) à totalidade do sistema de produção de eletrônicos, de alumínio em escala mundial, sob esta forma. Contrariando o percurso histórico da economia regional, voltada para o circuito de comercialização, as tendências mais recentes revelam sua participação na produção direta de mercadorias — bens de produção e bens de consumo — acompanhando o movimento mais geral de deslocamento espacial da produção na economia mundial.

Nos anos 80 a industrialização regional torna-se por força de alguns indicadores econômicos fator positivo de crescimento. No setor mineiro-metalúrgico, na eletroeletrônica, na agroindústria, na pesca artesanal registram-se taxas elevadas de crescimento e de participação do secundário no PIB, também por apresentarem altos índices de lucratividade, de incorporação de progressos técnicos. Entretanto, a discussão da natureza do processo de industrialização parece exigir reflexões que incorporem tanto elemen-

tos conjunturais quanto projeções e problematizações no campo da economia política, isso baseado na opção por esse modelo de crescimento e à luz também de novos padrões tecnológicos e de redivisão regional e internacional do trabalho. A análise do crescimento com base industrial precisa atentar para ambivalências e conflitos pontuais sobre o endividamento, sobre a transferência do lugar de formação do valor do centro capitalista desenvolvido para as regiões menos desenvolvidas e sobre a apropriação da natureza como parte do processo de produção.

O privilegiamento do setor industrial precisa ter contraponto nas mudanças do conjunto da estrutura produtiva regional em que se confrontam as problemáticas da agricultura, do extrativismo vegetal e as limitações de atividades englobadas no setor terciário regional. Assuntos que não estão resolvidos nem teórica nem politicamente com a percepção convencional de “setores atrasados”, quando comparados com o dinamismo da indústria, por sinal retratos de uma maquiagem modernizadora.

As políticas econômicas executadas nas três últimas décadas na Amazônia oriental tiveram resultados polêmicos. Os incentivos proporcionados pelo governo federal para agropecuária e recentemente para indústria são uma espécie de dinamizadores de divisão do trabalho específica, onde a Amazônia é contemplada pela sua riqueza em recursos naturais, ao passo que parece mudar o papel da Amazônia na divisão inter-regional do trabalho relativa a suas possibilidades em absorver pressões demográficas.

Observações ricas sobre o crescimento do setor industrial em detrimento de outros setores não podem ser elaboradas com base em uma posição leviana e sim pela conformação de um quadro social crítico revelado pelas relações estabelecidas entre decisões tecnológicas e aumento do desemprego; entre o endividamento regional e distribuição de renda etc. Essa fase de industrialização, orientada para o setor mineiro-metalúrgico ocorre, segundo as programações econômicas mais recentes, com a formulação de estratégias de integração, num período de recessão econômica, em que a tendência é aumentar a concentração absoluta do capital e de forma exacerbada a concorrência intercapitalista entre empresas, notadamente das multinacionais. Concentração que acelera a apropriação de espaços de ocorrência mineral para uma estratégia de produção a médio e longo prazo.

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) inicia com o projeto

ferro (numa opção pós-fordista de produção) uma concepção que lhe permite progredir pela formação de economias de escala no sentido de integração de projetos. As gerências da empresa reconhecem essa articulação e suas vantagens para as próximas etapas de sua atuação. Os projetos implantados — ferro, manganês e ouro — são combinados de forma a maximizar instalações e gestão empresarial. De outro lado, sua atuação indica uma atividade permanente com resultados positivos para aumentar mercados. Em 1987 destinavam-se a países da Europa central (Alemanha Ocidental, França, Itália, Reino Unido), depois do primeiro lugar ocupado pelo Japão e pela Coréia do Sul. Em 1990 esse mercado priorizou vendas para a Alemanha unificada, a França, a Itália e para o Reino Unido. As cifras de exportação de ferro são crescentes. Trata-se do direcionamento das exportações do sistema Norte Carajás, que duplicaram de 1986 para 1990, representando mais da metade do total das exportações da CVRD, nos dois sistemas, Sul e Norte (ver quadro). O projeto ferro representa uma estratégia de complementaridade regional, unificando os sistemas para atender a pauta de exportação sob controle monopolista da estatal. Em relação à produção de alumínio a questão do controle de abastecimento (bauxita, alumínio e alumina) revela algumas estratégias e desafios da estatal que merecem ser destacados por colocar exigências no que toca aos planos de crescimento regional, quando avança com projetos de integração.

Na década de 70, as empresas transnacionais do setor mineiro-metalúrgico pressionadas por riscos políticos em relação as fontes supridoras de matéria-prima, localizadas em países do Terceiro Mundo, realizaram pesquisas e investimentos sobre novas reservas. A União Carbide, a United States Steel e as “irmãs” produtoras de alumínio dirigem-se sobre novos espaços de acumulação. Na Amazônia são prospectados jazimentos de ferro, manganês e bauxita. Essa última descoberta realizada no “Triângulo Mineral” da região de Carajás foi propulsora das atividades da United States Steel. As reservas estimadas de grande magnitude ficaram sob a cobertura política estatal com a associação da U. S. Steel com a Companhia Vale do Rio Doce, através da Amazônia Mineração S.A. As oscilações do mercado somadas à crise de 1973 desestimularam a transnacional, estabelecendo-se a hegemonia da CVRD.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE
 EXPORTAÇÕES POR SISTEMA
 (Vendas em mil/ton.)

ANO	SISTEMA NORTE (CARAJÁS)	%	SISTEMA SUL MINAS	%	TOTAL
1986	11.461	22,17	40.226	77,82	51.687
1987	22.636	38,90	35.544	61,09	58.180
1988	27.811	44,36	34.872	55,63	62.683
1989	29.553	43,93	37.709	56,06	67.262
1990	31.283	46,83	35.517	53,16	66.800

Fonte: *Gazeta Mercantil*, 7/julho/1991.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE
 MERCADO DE MINÉRIO DE FERRO
 (Vendas em mil/ton.)

ANO	TOTAL	MERCADO EXTERNO		MERCADO INTERNO	
		Abs.	%	Abs.	%
1987	85.011	58.180	68,43	26.831	31,56
1988	92.234	62.683	67,96	29.551	32,03
1989	96.941	67.264	69,38	29.667	30,60
1990	92.535	66.800	72,18	26.735	28,89

Fonte: *Gazeta Mercantil*, 7/julho/1991.

O interesse do governo brasileiro no empreendimento — iniciado em 1978 e já exportando minério de ferro em 1978 — situava-se em três planos: 1) o fortalecimento da empresa estatal e através desse projeto a captação de empréstimos externos no período pós-crise; eles permitiriam saldar débitos das contas de petróleo e juros do balanço de pagamento; 2) a resposta ao aumento dos compromissos com serviços da dívida com base nas exportações do minério, transformado em fonte geradora de divisas; 3) o Projeto Ferro — e o Programa Grande Carajás — consolidariam a política de integração e ocupação da Amazônia ao mercado nacional promovida desde os anos 60.

A infra-estrutura energética, de produção e de comercialização, foi construída para permitir o funcionamento dos projetos de mineração (Albrás-Alunorte, Alcoa S.A., Mineração Rio do Norte, Projeto Ferro da CVRD). Na presente década adquire relevância a indústria siderúrgica, colocada numa redivisão internacional

do trabalho para o setor. Ela caracteriza-se pela transferência de empreendimentos de transformação mineral dos países industrializados centrais para os países agrominerais. Os parques industriais daqueles países demandam esses produtos como bens intermediários, assim atendendo o mercado internacional; um lugar secundário, entretanto, ocupa a produção integrada para mercados domésticos.

A CVRD e a Alcoa S.A. defrontam-se nos interesses de produção e de controle do mercado de alumínio. Na década de 70 a CVRD leva vantagens conjunturais por ter iniciado com seus sócios japoneses, e mais tarde com as irmãs do alumínio, dois empreendimentos: o primeiro é o projeto Albrás S.A. e o segundo a MRN, exploração de bauxita no município de Oriximiná. A Alcoa S.A. levou a frente no empreendimento associado, no Maranhão — Alumar. Usufruíram por igual de custos financiados em energia e de transporte (hidrelétrica de Tucuruí, portos, estrada de ferro). Passaram a ter concessões importantes. A Alcoa S.A. solicitou licença de lavra no município de Oriximiná vizinho a MR numa área de 58.834 ha (1978), depois de ter adquirido direitos de mãos de Mineração Santa Patrícia (comprado do Grupo Jari). Ambas procuram abastecimento abundante e competitivo do metal. A diferença no grau de realização desses dois projetos está no fato de a Alcoa S.A. ter realizado com maior intensidade e de forma antecipada a integração do empreendimento. Neto sintetiza a estratégia da Alcoa S.A.:

“(...) a ALCOA fundamenta a sua estratégia de reestruturação não só na realocação de sua capacidade produtiva de metal, mas também na reorientação de suas atividades do setor de alumínio primário para o de transformação do metal, ou seja, em produtos de alto valor agregado (ver Sá e Marquês, 1988). Embora essa empresa continue a ser um importante produtor de alumínio nas novas regiões produtoras, essa atividade se direciona fundamentalmente para o abastecimento do setor estratégico de transformação cuja capacidade encontra-se concentrada nos Estados Unidos (...)” (Neto, 1991, p. 9).

Não tendo sido executado o plano Albrás/Alunorte, esse projeto consorciado (Brasil-Japão) fica na dependência da alumina importada, fornecida por multinacionais. Dependeria da concreti-

zação de uma estratégia de auto-suficiência, na perspectiva de um projeto integrado de alumínio na Amazônia Oriental. O sócio japonês na Albrás depende do setor de transformação daquele país e está sujeito a oscilações no fornecimento da matéria-prima (constituindo o grupo não-integrado de produtores de alumínio primário). Esse fato coloca a região em desvantagem pois permanece como exportadora isolada de um produto de baixo valor agregado, sujeito a oscilações de preços no mercado internacional. Duas possibilidades para um projeto econômico estável: a verticalização da produção de alumínio e a certeza de fornecedores internos, o que não estaria garantido com o projeto Alcoa no rio Trombetas, concebido para alimentar a fábrica de São Luís. Ainda assim continuariam as desvantagens em relação à multinacional Alcoa S.A. por não deter a Albrás “estratégias industriais externas” ou mesmo a acomodação dessa indústria nacional e regionalmente (Neto, 1991, p. 16).

Nessa perspectiva é que se pode examinar a atual expansão da indústria mínero-metalúrgica do seu eixo tradicional para novas fronteiras de recursos. Dessa forma a concentração industrial nacional organiza um movimento de ruptura de seus limites de crescimento. Registra-se um movimento de desconcentração pela ampliação de mercados, pela exportação do capital e conseqüentemente a acumulação em espaços geográficos, recém-dimensionados e incorporados ao sistema industrial brasileiro. Entretanto, sua realização ocorre dentro de um novo movimento de concentração, sob o auspício do Estado desenvolvimentista. Os empreendimentos acobertados pelo PGC aproveitam-se de financiamentos, de montagem de infra-estrutura.

O PGC havia aprovado até janeiro de 1988, para o ramo sidero-metalúrgico, 22 projetos. Cinco entraram em produção no triênio 1989-1991. O atraso explica-se pela conjuntura desestimulante dos preços do gusa e do ferro-liga. Não menor peso tiveram as pressões e críticas sobre as fontes supridoras de energia, direcionadas para o uso de carvão vegetal. Colocada a verticalização sidero-metalúrgica como base do crescimento econômico regional, a questão da energia encerra uma contradição pois o esgotamento das reservas de mata nativa e a necessidade de reflorestamento, significando elevado investimento, é pouco compensador pelo baixo valor agregado do gusa, o que exigia outras alternativas.

Os projetos de reflorestamento financiado em espaços sob controle e vigilância da CVRD (no corredor da EFC) além de ampliar o domínio da empresa lhe permite contar com um aval ambientalista-ecológico. A empresa e seus parceiros passam a encontrar estratégias para resolver a questão energética e o reerguimento de uma proposta econômica. Essa proposta havia sido vencida quando se abriram publicamente os riscos do carvoejamento. A estratégia de integração, indústria com reflorestamento e manejo florestal fez emergir um setor de investimento contando com incentivos fiscais. Esse tipo de alternativa aumenta a credibilidade diante dos setores financeiros, tanto mais que se coloca a justificativa do emprego direto, nada menos de que 272.175 trabalhadores para o ano 2000 e de 556.778 para o ano 2010, pelos cenários econômicos de Haddad, apoiados muito próximo pela CVRD (IDESP, 1988).

A diversificação e verticalização como suportes da ação econômica da estatal devem ser examinados no âmbito do poder empresarial. O setor empresarial privado, regidamente favorecido com incentivos, realiza a privatização do Estado, como argumenta Fiori,

“(...) o Estado, ao substituir o setor financeiro privado, mantendo-se dentro de limites impostos pelas reformas dos anos 60, acabou, alimentando nos anos 80, através do seu endividamento, uma forte especulação improdutiva e um encilhamento financeiro que desorganizou completamente a ‘via desenvolvimentista’ de industrialização. Por outro lado, submetido à pressão cartorial dos vários e heterogêneos segmentos do pacto conservador, o Estado ‘privatizou-se’ ao lotear seus aparelhos institucionais entre os vários setores dominantes e ao sustentar segmentos pouco competitivo do setor privado” (Fiori, 1990, p. 57).

A questão central de nosso argumento está no eixo dessa fase de industrialização regida por uma empresa estatal — a CVRD — que pode usufruir de uma autonomia muito relativa para liderar o movimento maior da economia e organizar o plano de integração regional. Mas especialmente por situar-se numa linha dependente de financiamento internacional/governamental em face do endividamento e da inflação do País.

A Prometal Carajás SA, empresa com pretensão de instalar

no Distrito Industrial de Marabá uma fábrica de ferro-ligas, articulada com a produção da mina de manganês de Paragominas, num investimento total de US\$205, disporá de 43% de recursos do BNDES (*Gazeta Mercantil*, 29/2/1989).

A exploração do caulim, em reservas do rio Capim calculadas em 490 milhões de toneladas, representa uma disputa envolvendo a Engenhard Minerais e a China Clay (inglesas), da Georgia Huber. Entre as nacionais a Cadam (grupo Jari) e Mendes Júnior. A CVRD e Cadam já haviam formado uma associação para explorar 200 milhões de toneladas. Em torno da exploração de áreas com caulim está focalizada a atenção da CVRD propondo-se usufruir vantagens com esse mineral estratégico para a indústria de papel. As reservas da CVRD no rio Capim, as do Grupo Jari-Caulim da Amazônia, mais a concessão em mãos da firma Mendes Júnior poderiam vencer os produtores ingleses e americanos, que enfrentam como problemas “a exaustão de reservas de boa qualidade, o alto custo da mão-de-obra e a rigidez do controle ambiental” (*Gazeta Mercantil*, 1/12/89).

A reserva brasileira de caulim produzindo 500 ton./ano segundo essa fonte geraria uma receita de US\$80 milhões ano; US\$30 milhões de impostos e 500 empregos (*Gazeta Mercantil*, 1/12/89). A conjugação desse projeto mineral com o programa de Pólos Florestais para produzir celulose iluminam qual o rumo dos dois segmentos da política mineral e florestal para Amazônia.

Esse mercado de reflorestamento para montagem de fábricas de papel está sendo aberto para grupos japoneses. A CVRD anuncia a associação com o Grupo Nissho Iwai e as fábricas brasileiras de papel e celulose Ripasa e Papel Simão para duas linhas de produtos. O investimento total de US\$1,2 bilhão deverá, segundo fontes da estatal, contar com agricultores e pecuaristas incentivados ao replantio de florestas em parte de suas terras para fornecer matéria-prima às indústrias. O compasso de espera em que esteve o Projeto Cobre (exploração das reservas do Salobo) destinado a abastecer a metalurgia nacional absorvedora do cobre metálico justifica uma estratégia de substituição de importações, que em relação ao mineral são insuficientes com o Projeto da Caraíba Metais (única produtora, 150.000 ton/ano). Detalhe significativo é a ampliação de reserva desse minério. Em 1984 foi detectada a Reserva Nacional do Cobre, correspondendo a uma

área de 546 mil km², situada ao norte do rio Jari, entre o Pará e o Amapá, ficando sob influência do Projeto Calha, e integrada às áreas de segurança nacional. Nesse espaço encontra-se, segundo pesquisas da CPRM, ouro, titânio, fosfato, nióbio, cassiterita e terras-raras (*O Liberal*, 15/7/89).

A fase de industrialização seguindo as possibilidades de expansão da atividade mineiro-metalúrgica são pois determinações políticas do modelo de industrialização nacional. Os espaços novos de acumulação de capital redefinem-se na Amazônia. É nessa matriz explicativa que se encontram as dimensões e pretensões dos projetos econômicos implantados na região. Vários autores tentam elucidar essa matriz. Para Costa a industrialização da Amazônia caracteriza-se por ser exogenamente induzida, pelo processo nacional de industrialização, enquanto suas possibilidades de expansão são traçadas em função do “crescimento e diversificação da base de exportação, aprofundamento regional da integração vertical e ampliação de segmentos voltados para o mercado local”. Entretanto, os megaprojetos respondem ainda à reespecialização da economia mundial, e em condições específicas as estratégias empresariais “nacionais” mantêm-se num nível de dependência a estímulos financeiros (incentivos).

Fiori (1990) estabelece outro nível de problematização, ao tentar focar a historicidade do processo de industrialização brasileira em que se capta a articulação entre o Estado e a expansão desse setor, sobretudo com a formação industrial, produto das empresas estatais. Haveria um “padrão de industrialização”, alterado no tempo em resposta às circunstâncias conjunturais (as crises) e ao financiamento externo como fator indutor da estabilização. Nesse padrão encontram-se características do Estado desenvolvimentista tentando fazer frente a choques externos e dinamizar sua política econômica interna.

Becker formula explicação complementar para compreender a fase industrial de expansão para a fronteira com base nos grandes projetos das corporações; de um lado a ordem planetária e de outro, e simultaneamente, essa implantação é forma contemporânea de afirmação do Estado nacional, sendo a multinacionalização da empresa estatal uma característica dos países de capitalismo periférico. Na tese da autora parece formulada uma funcionalidade da Amazônia e seus recursos para o modelo de industrialização expansiva com base em empresas estatais e mesmo sua

multinacionalização. A tese está centrada, ao nosso ver, na realização de capitais de caráter multinacional.

Hoje verifica-se com maior ênfase a tendência das empresas com matrizes em países industrializados a deslocar para fora de suas fronteiras um ramo de maior competitividade e de custos mais elevados, procurando combinar subsídios com disponibilidade de mão-de-obra (barata, qualificada, e pouco sindicalizada) e com tecnologias importadas. Os exemplos dessa importação são recorrentes; entretanto, fica o problema de tecnologias que pouco avançaram no tocante à menor poluição, sobretudo por estar fora dos interesses dos países de origem, assim de fato propiciando transferência para os países de industrialização recente. A Prometal Carajás S.A., no empreendimento associado para a produção de ferro-ligas no Distrito Industrial de Marabá, contando com matéria-prima proveniente da mina de manganês de sua propriedade em Paragominas, está declarando opções energéticas e de engenharia menos poluentes. Utilizará coque no lugar de carvão vegetal, enquanto a fábrica empregará um processo de produção em "fornos fechados para diminuir a poluição do ambiente interno e externo". Os fornos com base em tecnologia alemã serão fabricados no Brasil (*Gazeta Mercantil*, 29/12/89). Como para os restos dos projetos econômicos (bauxita, ouro e alumínio) a dúvida é sobre a capacidade de essa tecnologia importada ter eficiência na prevenção de desequilíbrios ecológicos. Os casos de mortes de espécies vegetais nas vizinhanças do Projeto Albrás (das pupunheiras) indica quão arriscadas são as alternativas de prevenção propostas pela empresa. A ciência e a técnica têm um domínio limitado para afirmar, ao longo da vida do empreendimento e após seu encerramento, quais os impactos, de que tipo e como se verificar. O mais alarmante é reconhecer o primarismo dos estudos técnicos submetidos a exame das secretarias de Meio Ambiente dos estados da Amazônia para efeito de aprovação dos projetos. Os EIA/Rima elaborados por empresas consultoras transformam-se em negócios fabulosos desprovidos de compromissos com o rigor técnico-científico, portanto fadados a legitimar os desastres da intervenção dos projetos de mineração na Amazônia; o mesmo pode ser dito em relação aos EIA/Rima preparado para o setor de hidrelétricas.

Canó estabelece uma relação interessante entre processo de

divisão internacional do trabalho, crise energética e poluição. Segundo ele:

“Indústrias tais como a do alumínio, do papel e celulose, por exemplo que são setores poluidores ou demandantes de alta quantidade de energia, parece, ao que tudo indica, que sua capacidade produtiva deverá permanecer crescendo num mundo subdesenvolvido por um longo tempo, ou pelo menos até que se resolva a questão energética internacional” (Cano, 1989, p. 196).

O perfil da industrialização da Amazônia oriental encaixa-se nesse diagnóstico. A amplitude espacial do setor mineiro-metalúrgico, no nível da economia mundial e nacional, não responde apenas por variáveis de mercado. O movimento dessa atividade significa ampliar mercados; entretanto, o fator prioritário é a preservação de vantagens por apropriação da natureza, usufruindo até mesmo de menor rigidez no controle ambiental. Nessa estratégia tanto a Alcoa S.A. como a CVRD, com suas especificidades empresariais, orientam suas ações de territorialidade, entendida como formas de apropriação politicamente antecipada — sobre espaços projetados para organizar processos de produção e também adaptando discursos tecnocráticos e produtivistas de preservação ambiental.

4. Territorialidade e meio ambiente

A compreensão sobre os domínios territoriais na Amazônia na atualidade é ainda mais complexa pois implica desvendar sob que formas seu papel na divisão internacional do trabalho se articula com a necessidade de dar respostas políticas a uma “economia da natureza”, pressionada pelo debate ambientalista. Para o setor empresarial, privado e estatal, parece significar a montagem de novas estratégias de territorialidade, formulando projetos tanto para o uso imediato de recursos quanto para o estabelecimento de reservas na expectativa de processos futuros de valorização. O Estado, por outro lado, passou a funcionar como mediador dos confrontos entre as posturas “produtivista” e “preservacionista”, sobretudo ante o debate internacional sobre a questão ecológica. Os pronunciamentos do atual secretário especial de Meio Am-

biente, José Lutzemberg, têm funcionado, num primeiro plano, como amortecedor de tensões internas e externas, e num segundo, afixando novos investimentos produtivos. Assim, o Estado pretende avaliar para poder prosseguir com seus programas intervencionistas no espaço regional. Ao exercer seu controle sobre a fronteira de recursos, incentiva a integração da Amazônia ao espaço econômico mundial. Esses processos políticos de domínio e controle de novas fronteiras antecipam necessariamente os tempos e os momentos do processo de produção.

O conceito de territorialidade parece ser útil ao exercício de compreensão sobre movimentos estratégicos que avançam e reconfiguram uma outra geopolítica da região. Inúmeras questões aparecem nesse quadro, revelando lacunas que as pesquisas sobre a Amazônia não têm conseguido dar conta. Sobre que bases diferentes atores que intervêm na Amazônia oriental redefinem orientações sobre territorialidades? Qual a natureza dos interesses das grandes empresas, especialmente nos ramos de mineração, na apropriação de grandes extensões de terra? E de outras instituições do aparelho do Estado? Qual o papel que vem desempenhando a questão ambiental na reconfiguração dos interesses econômicos e de territorialidade?

A territorialidade enquanto processo político revela uma totalidade de formas, conteúdos, discursos, movimentos. É a expressão e ao mesmo tempo o resultado de modos diversos de intervenções sobre o mesmo espaço, identificando processos sociais que traduzem confronto de concepções entre atores — de sistemas de representações — acerca das formas de apropriação e uso da terra, de estratégias e práticas por eles desenvolvidas. O exame sobre a ação fundiária governamental demonstra como interessa ao Estado incorporar ao mercado nacional de terras extensões crescentes do território por vias legais ou à margem de negociações consideradas legítimas. A principal evidência dessa intervenção manifesta-se no plano político, ao se examinar as ações e os resultados que têm sido obtidos no domínio de territórios por parte de segmentos empresariais e de órgãos do Estado. Ainda que no plano econômico a apropriação de recursos naturais se apresente como condição da implantação de empreendimentos produtivos ou de infra-estrutura, a territorialidade enquanto campo de luta pelo controle de uma espacialidade e de seus conteúdos, é um processo profundamente social e político. Por isso reconfi-

gura a geopolítica, o predomínio de grupos, de concepções, de freios a uns e estímulo a outros processos.

O movimento migratório dirigido para a região nos anos 60, 70 e 80, parece estar sendo freado, e mesmo repellido, na fase atual. O exame sobre as Políticas Governamentais (PGC, Pólos Florestais) e estratégias empresariais especialmente executadas por grandes empresas, ao redefinirem uma nova geografia da ocupação territorial, ampliam formas de controle e mecanismos de freio à pressão demográfica. Revelam o grau elevado da competição por espaços e os conflitos entre atores. No movimento das frentes garimpeiras encontra-se uma trajetória espacial que na atualidade extrapola as fronteiras nacionais. Esse segmento social defrontou-se com inúmeras empresas de mineração, tendo garantido para si a lavra de Serra Pelada, contrariando a titular da pesquisa de lavra (CVRD) e entidades empresariais que argumentavam em favor da mecanização, como o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e a Associação dos Mineradores do Ouro (Abamo). As emigrações continentais também verificadas no deslocamento das frentes camponês-extrativas (seringueiros, castanheiros, pequenos produtores rurais etc...) para países vizinhos como Venezuela, Colômbia, Bolívia, República Cooperativa da Guiana), estão diretamente relacionados à violência gerada pelo caos fundiário e o desentendimento político da questão agrária, e são, portanto, evidências de que se exporta e se recria o conflito em nível continental (*Diário de Cuiabá*, 2/6/1991). Basta examinar as solicitações de pesquisa e lavra impetradas por empresas nacionais e multinacionais ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), as áreas concedidas a empresas privadas e estatais ou a instituições públicas, para se ter algumas medidas importantes de avaliação sobre o movimento de incorporação de terras na Amazônia.

Documentos oficiais do DNPM discriminando áreas solicitadas para lavra revelam que, no correr dos anos 1979 a 1988, a CVRD conseguiu apropriar-se de 230.289 ha, distribuídos em municípios onde se estende a província mineral do Carajás (Parauapebas, São Félix do Xingu, Paragominas, Irituia/Ourém). A Mineração Rio do Norte, *joint venture* cujas ações majoritárias pertencem à CVRD, obteve direitos de lavra numa extensão de 62.033 ha, nos municípios de Oriximiná e Faro. Conforme a mesma fonte, o total de áreas liberadas à lavra no Pará soma 591.139 ha, com solici-

tações expressivas por parte de outras empresas ou grupos econômicos: Caima (52.255 ha), Mineração Vera Cruz (56.800 ha), Alcoa (58.834 ha), Canopus (36.100 ha), Santa Lucrécia (21.623 ha), Cibrasa (20.096 ha), para citar os mais expressivos, apenas no Estado do Pará. A CVRD, como outras, tem alvarás de lavra e prospecção alocados pelos demais estados da região.

As áreas para lavra constituem indicador importante, mas se torna necessário examinar outra categoria, especialmente as chamadas “áreas de pretensão” pleiteadas pelas empresas sob justificativas múltiplas. As áreas de pretensão da CVRD ilustram de forma significativa suas ações sobre os territórios regionais. Seus interesses concentram-se em duas grandes áreas. “A primeira situa-se no Pará, e compreende um polígono que circunda a serra do Carajás e adjacências, com uma área aproximada de 1.244.000 ha. A outra localiza-se no Maranhão, na Reserva Florestal do Gurupi, e ainda não foi estimada. Para além dessas extensões a CVRD detém a posse de 160.000 ha, que abrangem as áreas das jazidas de minério de ferro. Distribuem-se desse modo: Serra Norte (30.000 ha), Serra Azul (100.000 ha) e Serra Leste (10.000 ha) no Município de Marabá e os restantes 20.000 ha em São Félix” (Almeida, 1986). O mesmo autor ao consultar documentos do Getat constata em inúmeras dessas áreas haver a presença de pequenos produtores rurais, alguns com títulos definitivos outorgados pelo Incra e pelo Getat. Na esteira de apropriações de terras, empresas privadas como a Jari Empreendimentos garantiu 1,6 milhão de hectares, a Alcoa Mineração, somente no rio Trombetas, para exploração de bauxita, pretende controlar aproximadamente 400.000 ha, quase se emparelhando, em quantidade de terras, à concorrente e vizinha, Mineração Rio do Norte.

Outros interesses manifestam-se. Na história recente da Amazônia, várias questões têm sido tratadas dentro de uma competência de ação militar, a exemplo das questões indígena e camponesa. Observa-se um avanço seletivo na militarização dos problemas sociais. Sob a ideologia da segurança nacional, as forças armadas — especialmente o Exército — controlam as fronteiras políticas alocando suas bases nas cercanias de áreas indígenas. Têm garantido a segurança para as empresas de mineração que crescentemente se instalam nos extremos norte e sudoeste da região. O Projeto Calha Norte ilumina sobre a convergência dos interesses econômicos entre empresas e Estado. O Presidente Sar-

ney, em menos de um ano assinou dois decretos (n.ºs 95.859/88 e 97.596/89) pelos quais passava ao Exército o controle de 6,2 milhões de ha de terras na Amazônia. Eram terras da União reservadas para colonização e reforma agrária, alocadas para projetos fundiários do Incra, perfazendo 35 glebas. É interessante observar que elas se localizam em pontos do mapa onde empresários e governo vêm considerando em seus discursos como “zonas problemáticas”, justamente por conterem grupos indígenas e serem áreas de tensões sociais em torno da terra. Treze dessas glebas estão próximas de terras indígenas e outras localizam-se em áreas de reservas minerais. Mas um terço dessas terras é contígua ao território sob controle do Exército (Decreto n.º 87.571/82) na serra do Cachimbo, onde se realizam treinamentos e testes nucleares. Com esses diplomas legais, o Exército torna-se o maior proprietário ou apropriador por decreto de terras do País, com 10.113.215 ha, somente na Amazônia Legal.

Outras áreas reservadas para fins de preservação ambiental vêm completando o redesenho geopolítico. O Estado criou mecanismos legais de controle ambiental, reforçou a estrutura burocrática da preservação — conselhos, órgãos e assessorias — formalizando domínios de reservas biológicas e florestais. De certa forma uma resposta à internacionalização do debate sobre a Amazônia e às ações que se traduzem em financiamentos a projetos econômicos. Os *lobbies* empresariais rapidamente se rearmaram para fazer frente a esse debate. Em colaboração com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente — IBAMA, as grandes empresas têm celebrado convênios para financiar a fiscalização e reforçar o controle — sob a legitimidade do discurso ambientalista — de suas enormes extensões de terra contra possíveis entradas de posseiros. O atual mapa da Amazônia Legal mostra de forma interessante como foi sendo rapidamente reconstruído um cinturão de proteção às áreas pretendidas para mineração, em zonas de fronteira, através de diplomas legais sobre Reservas Biológica e Florestal, Florestas e Parques Nacionais. Muitas delas incrustadas em terras indígenas ou com presença de pequenos produtores, por isso que se multiplicam, nos últimos anos, denúncias de grupos indígenas, seringueiros, pescadores, pequenos produtores rurais, às novas estratégias de controle territorial de empresas sob o discurso preservacionista (Castro, 1991). Na esteira das negociações internacionais surgem projetos de caráter

binacional. Em reunião das chancelarias de países identificados por fronteiras amazônicas, foram localizadas várias áreas que se transformariam em Reservas ou Florestas Binacionais, entre o Brasil e Peru, Colômbia, Venezuela e Bolívia (*O Estado de S. Paulo*, 21/1/90). O interesse renovado por essas fronteiras significa também um controle sobre a diversidade e sua valorização na economia mundial.

Em 1989, antecipando respostas ao debate interno e externo ao País sobre a associação entre grandes projetos/programas e degradação ambiental, a CVRD propõe ao governo o gerenciamento de um imenso programa de reflorestamento — Programa de Pólos Florestais. É impossível entender tal iniciativa sem considerar algumas dimensões: 1) o papel que vem desempenhando a CVRD como guardião de um projeto futuro para a Amazônia; 2) impulsionada pela competitividade de mercados procura pôr freio à diversificação de outras gestões empresariais, afunilando o controle monopolista; 3) estratégia de imobilização de terras, como forma de reserva para valorização na lógica de uma possível economia futura, de uma ecologia política. Para os anos 90 essa empresa pretende combinar exploração diversificada de minérios com produção de materiais revalorizados na economia mundial, como caulim, nióbio, titânio etc. Os Pólos Florestais parecem incorporar essa dupla dimensão, de fazer frente ao debate ambientalista, ao pretender “reflorestar áreas degradadas” ao longo da Estrada de Ferro Carajás. A Superintendência do Meio Ambiente da CVRD anuncia que “é preciso demonstrar a todos os envolvidos no Projeto Carajás que a floresta tem um fim também econômico que precisa ser preservado”, ao declarar que somente em 1989 a empresa aplicaria US\$3 milhões apenas em projetos de preservação ambiental. No entanto, a negação ao referido programa provém de sua própria “lógica ecológica”, ao se propor a “florestar” (e não reflorestar) uma área de 25.000.000 ha com espécies de *eucalyptus* e *pinus*, negando o debate científico sobre a diversidade dos ecossistemas naturais da Amazônia; 4) estimular a ocupação econômica, por meio de projetos industriais de papel e celulose, altamente poluidores, como estratégia de verticalização e controle sobre esse espaço. Os dados evidenciam uma intervenção territorial que associa os projetos minero-metalúrgicos com produtos que podem advir desse programa de Pólos. A Secretaria de Meio Ambiente (Decreto n.º 99.353, de 27/6/1990; Portaria n.º

14, de 23/11/90 anuncia que a aprovação de novas usinas nessa região está sujeita a sua participação no Plano Integrado de Floresta e Indústria — PIFI.

Finalmente, a questão mais preocupante é sobre as fontes de financiamento e as formas de endividamento. O governo procura sensibilizar o Grupo dos 7 (G7) para suas propostas, com apresentação de programas florestais, projetos de pesquisa etc., na Comunidade Econômica Européia; da consulta à Agência Interamericana para o Desenvolvimento Internacional, Usaid, está resultando um financiamento de US\$15 milhões, em cinco anos, para responder às iniciativas do governo (*O Liberal*, 24/7/1991).

Para conferir esses movimentos do governo, basta examinar a formulação de estratégias que aparecem nas agendas de eventos nacionais e internacionais. Em agosto de 1989 reúnem-se em Manaus, para fazer frente ao debate ambiental que se esconde sob a “ameaçã de internacionalização da Amazônia”, empresários da Amazônia representando quarenta entidades e que deliberam pela primeira vez em conjunto — comércio, indústria e agricultura — mecanismos de pressão (*lobbies*) para garantir investimentos produtivos e de infra-estrutura contidos nos dez princípios formulados na Carta da Amazônia e encaminhados através de um Conselho Empresarial da Amazônia, criado na oportunidade, para funcionar como fórum permanente (*Jornal do Brasil*, 15/8/1990). Em dezembro de 1990 reúnem-se ministros de Relações Exteriores de países amazônicos, passados doze anos da criação do protocolo do Pacto Amazônico, para antecipar estratégias conjuntas sobre preservação ambiental, tendo em vista a participação na ECO-92. Discutem possibilidades de conversão da dívida externa por investimentos em preservação ambiental (*Jornal do Brasil*, 5/12/1990).

Explicar a territorialidade concebida pelos grandes empreendimentos presentes do espaço regional requer não somente entender os interesses pelos recursos naturais na atual conjuntura do mercado mundial, mas também localizar com clareza quais as expectativas que impulsionam a ocupação de novos territórios para desenvolvimento de atividades futuras. Seguramente a redefinição de mercado e materiais solicitados numa economia futura impulsiona movimentos pela competição de novos espaços. Dimensão que precisa ser trazida ao debate pois evidencia não somente intenções subjacentes à apropriação de reservas natu-

rais, mas também técnicas utilizadas, discursos formulados, estratégias e alianças entre grupos. Entendemos que hoje, mais do que nas décadas de 70 e 80, precisamos ler a dinâmica social pela porta da intervenção programada, cujo planejamento empresarial ou governamental representa uma forma moderna de gestão do espaço que se orienta particularmente pelas concepções de uma estrutura programada.

Conclusão

Sob a ótica aqui discutida, a redefinição da questão regional emerge como resposta não somente ao lugar que a Amazônia ocupa no debate ecológico, mas sobretudo pela alteração advinda do novo padrão tecnológico do processo de acumulação internacional, no qual a natureza é considerada sob outro padrão valorativo.

Depreende-se como problemática que há uma redefinição regional, não geográfica e não naturalizável, em que o território é representado, na perspectiva do investimento sobre a mercadoria natureza. Se esses imensos territórios constituem reserva de valor, sob que novas dimensões esse valor é atribuído? O interesse se centra num primeiro momento sobre os recursos naturais e no segundo, sobre a natureza enquanto biodiversidade. Se é o padrão tecnológico internacional que conta e são as novas tecnologias intensivas mais valorizadas, por que as grandes empresas pretendem grandes territórios? O papel da Amazônia na divisão inter(regional)nacional do trabalho pode prescindir de imensos territórios? Quais os mecanismos utilizados para ampliar o poder dominial?

A questão que se coloca é saber se a posição central em que se encontra a Amazônia no debate internacional sobre o meio ambiente altera e em que proporções as políticas públicas e as estratégias empresariais sobre: 1) processos produtivos; 2) pesquisas e prospecções; 3) setores de investimentos; 4) modelo de preservação e 5) territorialidade.

Exame atencioso sobre o Programa Grande Carajás mostra possíveis caminhos ou tendências em torno da questão regional. O Estado tem estimulado investimentos através da captação de recursos de fora, que atendam a diversificação produtiva, incorporando um discurso preservacionista, orientado com prioridades na Amazônia oriental, para sua área de abrangência. Mas são

as empresas que mantêm a chave principal na formulação de estratégias ao decidirem alocação desses investimentos. Nesse jogo de forças os poderes locais nos estados poucas cartas podem dar. As decisões e as mudanças na forma de intervenção passam acima mesmo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), pois centralizadas em instâncias executivas, no âmbito empresarial. A Prometal projeta transformar-se em aciarria de laminação, a CVRD orienta esforços para reflorestamento.

Em fins da década de 80, a CVRD previa investir US\$ 3,2 bilhões na proteção ambiental na área do Carajás, contra os US\$60 milhões aplicados desde 1980 (*Gazeta Mercantil*, 21/3/1989); no mesmo ano a Presidência da República autorizava essa empresa a prosseguir nos projetos em curso com dotação de US\$270 milhões para preservação na mina de cobre Salobo. Incluía investimentos no total de US\$3,4 bilhões para desenvolver um programa de diversificação da CVRD, especializando a produção de bauxita, alumina, alumínio, ouro e celulose (*Gazeta Mercantil*, 11/4/1989).

A novidade pode estar na tendência apresentada na estratégia industrial-tecnológica para a Amazônia oriental que tem incorporado, como pressuposto, uma relação entre razão técnica e risco ambiental. As motivações para refletir esse pressuposto sem serem estritamente econômicas, encontram-se nas crises ecológica e energética que colocaram determinações novas na divisão internacional do trabalho e impõem a busca de alternativas.

Bibliografia

- ALMEIDA, A. W. B. (1986) Estruturas fundiárias e expansão camponesa. In: GONÇALVES JR., J. (org.) *Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento*. São Paulo, CNPq-Brasiliense.
- BECKER, B. et alii (1990) *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília-Rio de Janeiro, UnB-UFRJ.
- BRAVERMAN, H. (1980) *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BUARQUE, S. C. (1991) *Padrões tecnológicos e forma de ocupação da fronteira. Impactos das inovações tecnológicas nas fontes de ocupação e integração econômica e alternativas de desenvolvimento regional*. Exposição no seminário nacional sobre o tema "Grandes Projetos, Desorganização do Espaço". NAEA-UFPA
- CANO, W. Reestruturação internacional e repercussões inter-regionais. In: CARLEIAL, L. & NABUCO, M. R. (org.). Fortaleza-Belo Horizonte, CEDEPLAR-UFMG.

- CASTRO, E. M. R. (1991) *Entre discursos e práticas de preservação ambiental: os novos confrontos dos movimentos sociais na Amazônia*. Belém, NAEA, mimeo.
- CASTRO, E. M. R. & ACEVEDO, R. E. M. (1987) Estado e poder local: dinâmica das transformações na Amazônia brasileira. *Revista Pará-Desenvolvimento* 20-21. Belém, IDESP.
- (1989) Amazônia: dinâmica política de divisão regional do trabalho. In: CARLEIAL, L. & NABUCO, M. R. (orgs.) *Transformações na divisão inter-regional do trabalho no Brasil*. Fortaleza-Belo Horizonte, CEDEPLAR-UFMG.
- COSTA, J. M. M. (1989) *Ocupação da Amazônia: possibilidades e limites*. Belém, mimeo.
- (1990) Perspectivas do crescimento industrial: o caso da Amazônia. In: *Ensaio FEE 1*, ano II. Porto Alegre.
- CVRD, Presidência da República (1980) *A Amazônia oriental: um projeto nacional de exportação*.
- FIORI, J. L. (1990) Sonhos prussianos. Crise brasileira — leitura política de uma industrialização tardia. In: *Ensaio FEE 1*, ano II. Porto Alegre.
- FREYSSENET, M. (1977) *La division capitaliste du travail*. Paris, Seuil.
- KOHLHEPP, G. & SCHRADER, A. (eds.) (1987) *Homem e natureza na Amazônia*. Simpósio internacional e interdisciplinar. ADAP Geographisches Institut, Universität Tübingen.
- LOVEJOY, T. (1989) Mito e realidade que envolvem o perigo amazônico. *Folha de S. Paulo*, 28/3.
- LEAL, A. L. (1990) A questão industrial na Amazônia. In: BARROS, F. A. F. de (coord.) *C&T no processo de desenvolvimento da região amazônica*. Brasília, CNPq-CEST; PTU.
- MARX, K. (1981) *O capital*. São Paulo.
- MICHALET, C. A. (1983) *O capitalismo mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- NABUCO, M. R. (1989) A reestruturação industrial e seus efeitos. In: CARLEIAL, L. & NABUCO, M. R. (orgs.) *Transformações na divisão inter-regional do trabalho no Brasil*. Fortaleza-Belo Horizonte, CEDEPLAR-UFMG.
- NETO, F. T. *A divisão internacional do trabalho e a nova indústria do alumínio na Amazônia*. Seminário nacional "Grandes Projetos, Desorganização e Reorganização do Espaço". Belém, NAEA-UFPA, mimeo.
- SCHINKE, G. (1986) *Ecologia política*. Porto Alegre.
- SCHUBART, H. O. R. (1991) Diversidade biológica, paradigma de uma civilização tropical. In: *Desafio amazônico. O futuro da civilização dos trópicos*. Brasília, SCR-CNPq-UnB.
- SAWER, D. (1982) *A fronteira inacabada: industrialização da agricultura e debilidade da fronteira amazônica*. Seminário sobre alternativas para o desenvolvimento regional. Belo Horizonte.